



OFÍCIO Nº. 129/2018

Ao Senhor

ANDREY HERCULANO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Avenida Iguaçu, 098, Centro CEP: 85.635-000
Nova Esperança do Sudoeste/PR

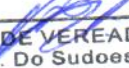
Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para submeter à apreciação desta Casa de Leis Projeto de Lei nº. 017/2018 que: **“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município de Nova Esperança do Sudoeste para o Exercício Financeiro de 2019 e dá outras providências.”**, para sua apreciação.

Sem mais para o momento, elevamos votos de estima, respeito e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, em 12 de junho de 2018.


JAIR STANGE
Prefeito Municipal

RECEBIDO
EM 18/06/2018

CÂMARA DE VEREADORES
Nova Esp. Do Sudoeste - PR

Alencar J. Luchtenberg
Diretor Geral
(Adm e Financeiro)

PROJETO DE LEI Nº. 017/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

MAIO/2018



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguazu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

MENSAGEM

Nova Esperança do Sudoeste - PR, 15 de Maio de 2018.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Tenho a honra de submeter, á apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, a Câmara Municipal, encaminha em anexo Projeto de Lei Nº. 017/2018, que dispõe a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2019 em cumprimento aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal Nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e de acordo com PPA – Plano Plurianual 2018/2021, disposto através da Lei Municipal Nº. 927/2017 de 18 de Julho de 2017 e suas respectivas alterações evidenciam as Diretrizes Orçamentárias do Município para o Exercício Financeiro de 2019.

O Projeto de Lei ora encaminhado foi elaborado de acordo com os programas de governo estabelecidos no PPA - Plano Plurianual 2018 a 2021 e as exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo assim o Princípio do equilíbrio orçamentário, bem como todas as alterações ocorridas na estrutura orçamentária, advindas de Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e demais legislações vigentes.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre os Poderes Executivo e Legislativo, é que submetemos a V.S.a a proposta de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2019, lembrando que o mesmo deverá ser devolvido para sanção de acordo com a Lei Municipal Nº. 019/1993, até o prazo de 30 de Agosto de 2018.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



JAIR STANGE
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguazu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

PROJETO DE LEI Nº. 017/2018

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município de Nova Esperança do Sudoeste para o Exercício Financeiro de 2019 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, aprovou e eu **JAIR STANGE**, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento aos Princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal Nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e de acordo com PPA – Plano Plurianual 2018/2021, disposto na Lei Municipal Nº. 927/2017 de 18 de Julho de 2017 e suas alterações para a elaboração das Diretrizes Orçamentárias do Município para o Exercício Financeiro de 2018, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - as metas e riscos fiscais;
- III - a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- VIII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As ações prioritárias, objetivos e metas para o Exercício Financeiro de 2019, passam a partir da edição da presente Lei, a vigorar de acordo com ações programáticas estabelecidas no Anexo I.

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º - As metas fiscais, avaliações, demonstrativos da receita, despesa, dívida pública, despesas de caráter obrigatório e os riscos fiscais estão definidos nos demonstrativos anexos a presente Lei.

Parágrafo Único: Os Demonstrativos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais constituem-se dos seguintes:



Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
Demonstrativo - Riscos Fiscais e Providências;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Orçamento Fiscal abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, os Fundos e as Entidades das administrações direta e indireta.

Art. 5º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

Programa: Instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado.

Atividade: Instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo.

Projeto: Instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos e atividades, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada Projeto e Atividade estarão vinculados a uma Função e Subfunção.

Art. 6º - A elaboração do Orçamento Fiscal discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos, de conformidade com a Portaria Interministerial Nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e alterações posteriores e Instruções Técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 7º - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de Setembro, compor-se-á de:



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguaçu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

- a) Mensagem;
- b) Projeto de Lei Orçamentária;

Art. 8º – Integrarão à Lei Orçamentária Anual:

- I. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II. Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III. Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV. Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º - Na elaboração do Orçamento Geral do Município serão observadas as diretrizes desta Lei.

Art. 10º – As despesas com pessoal e encargos sociais não poderão exceder o limite estabelecido na Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e da Constituição Federal do Brasil.

Art. 11º – Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas determinadas nesta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

Art. 12º – A concessão de Auxílios e Subvenções dependerá de autorização Legislativa, através de Lei específica.

Art. 13º – O Município aplicará no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

Art. 14º - A elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Fazenda, deverá:

I – publicar através do Jornal Oficial do Município, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os Artigos 52 e 53 da Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

II – as medidas previstas no Inciso I deste Artigo serão providenciadas a partir da Execução da Lei Orçamentária Anual do Exercício Financeiro de 2017 e nos prazos definidos pela Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2000.



Art. 15º - O Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional Nº. 25, de 14 de Fevereiro de 2000.

Art. 16º - Constará do Projeto de Lei Orçamentária demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observado o disposto no Demonstrativo IX, anexo à presente Lei.

Art. 17º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será apresentada ao Poder Executivo, até 30 de Agosto de 2018, para a consolidação do Orçamento Geral do Município.

Art. 18º - A programação de investimentos do Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá apresentar consonância com as prioridades municipais incluídas no PPA - Plano Plurianual para os períodos de 2018 a 2021.

Parágrafo único: As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Município terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 19º - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos, obedecendo ao estabelecido no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - A relação dos débitos relativos a precatórios judiciais inscritos até 1º de Julho de 2018, serão incluídos no Orçamento de 2018, especificando:

- a) número da ação originária;
- b) número do precatório;
- c) tipo de causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- d) enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- e) data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- f) nome do beneficiário;
- g) valor do precatório a ser pago com atualização até 1.º de Julho de 2018;
- h) cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 20º - O Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019 alocará recursos aos Órgãos do Poder Executivo depois de deduzidos os recursos destinados:

- I - Ao Legislativo;
- II - Ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- III - Ao pagamento do serviço da dívida;
- IV - À manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 212 da Constituição Federal;
- V - Aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos;
- VI - Ao pagamento de precatórios inscritos até 1º de Julho de 2018;
- VII - A reserva de contingência, de acordo com o especificado nesta Lei.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguazu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

Art. 21º – Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos para os demais órgãos do Executivo Municipal.

Art. 22º – A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único: O saldo remanescente da reserva de contingência poderá ser utilizado, no último bimestre, para suplementar dotações orçamentárias.

Art. 23º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 24º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2000, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização e à participação comunitária.

Art. 25º - O Poder Executivo fica autorizado a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, servindo como recursos os constantes do artigo 43 da Lei Federal Nº. 4.320/64, de 17 de Março de 1.964;

II - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal;

III – Transpor ou remanejar recursos entre fonte de recursos e entre projeto ou atividade, não computando esses valores no cálculo do limite estabelecido no inciso I.

Parágrafo único: O Orçamento para o Exercício Financeiro de 2019 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,50% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do Orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF), os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de Novembro de 2019, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de Créditos Adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 26º - Em decorrência ao disposto no art. 66 e seu parágrafo único da Lei Federal Nº. 4.320/64, de 17/03/64, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.

Parágrafo único - As redistribuições de recursos da autorização contida neste artigo, não serão computadas para efeito do limite fixado no inciso I, do artigo 26 desta Lei.

Art. 27º – A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguazu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

- a) prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- b) austeridade na gestão dos recursos públicos;
- c) modernização na ação governamental.

Art. 28º – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Art. 29º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar Nº. 101/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

Art. 30º - Os estudos para a definição dos orçamentos da receita para o Exercício de 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três Exercícios.

Art. 31º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de despesa e fontes de recursos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32º – Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de Dezembro de 2018, em especial:

- a) A concessão e redução de isenções fiscais;
- b) A revisão de alíquotas dos tributos de competência;
- c) Reavaliação e revisão do Cadastro Imobiliário e da Planta Genérica de Valores;
- d) O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa e dos Tributos Municipais.

Parágrafo único: Para fins deste artigo observar-se-á o disposto no artigo 14 da Lei Complementar Nº. 101, de 04 de Maio de 2000.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguaçu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

Art. 33º – O Executivo Municipal, mediante autorização legal, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 34º – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 35º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 36º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante autorização legal, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, incluindo a do magistério, com majoração dos valores iniciais das carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em Concurso Público ou em caráter temporário na forma da Lei, observado os limites e as regras da Lei Complementar Nº. 101/2000 – LRF.

Parágrafo único: Aos servidores públicos municipais fica assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 37º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 38º - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 39º – O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Nº. 101, de 2000, aplicam-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Art. 40º – As despesas com pessoal do Legislativo Municipal, inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguaçu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

a 6% (seis por cento) da Receita corrente Líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do disposto na da Lei Complementar N°. 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional N°. 25.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESTINANAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 41º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:
I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2019, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Legislativo Municipal.

Art. 43º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar N°. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 44º - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 45º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 47º - Os Poderes Executivo e Legislativo poderão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Município.

Art. 48º - Não sendo devolvido o autógrafo de Lei Orçamentária até o início do Exercício Financeiro de 2018 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§ 1º - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I - Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 95.589.289/0001-32 - Av. Iguaçu, 750 - Fone/Fax: (46) 546-1144 e 546-1156
CEP 85635-000 - Nova Esperança do Sudoeste - Paraná

II - Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara.

III - No final de cada semestre, o Poder Executivo emitirá o Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, ao qual dará ampla divulgação.

IV - O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual, a Prestação de Contas e o Parecer do TCE/PR serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 49º – Fica o Executivo Municipal autorizado a assinar convênios, termos novos e dar continuidade aos já em curso para todos os Órgãos da Administração Municipal, inclusive participar de consórcios com outros municípios.

Art. 50º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os anexos da Lei Nº. 927/2017 – PPA (Plano Plurianual), 2018 a 2021 e suas alterações de acordo com as alterações contidas relativo as atividades e os projetos mencionados em anexos da presente Lei.

Art. 51º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, em 15 de Maio de 2018.


JAIR STANGE
Prefeito Municipal

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS
 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	24.716.460,00	24.716.460,00	-	27.062.500,00	27.062.500,00	-	29.867.170,00	29.867.170,00	-
Receita Primária (I)	24.620.950,00	24.620.950,00	-	26.958.660,00	26.958.660,00	-	29.827.170,00	29.827.170,00	-
Despesa Total	24.716.460,00	24.716.460,00	-	27.062.500,00	27.062.500,00	-	29.867.170,00	29.867.170,00	-
Despesa Primária (II)	24.218.460,00	24.218.460,00	-	26.654.000,00	26.654.000,00	-	29.379.670,00	29.379.670,00	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	402.490,00	402.490,00	-	304.660,00	304.660,00	-	447.500,00	447.500,00	-
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI)=[(IV-V)]	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 05m.

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	22.000.000,00	0,000	-	19.885.875,33	0,000	105,240	(2.114.124,67)	-9,61
Receita Primária (I)	21.960.070,00	0,000	-	19.408.492,83	0,000	102,710	(2.551.577,17)	-11,62
Despesa Total	22.000.000,00	0,000	-	19.831.920,94	0,000	104,950	(2.168.079,06)	-9,85
Despesa Primária (II)	21.281.467,40	0,000	-	18.582.777,44	0,000	98,340	(2.698.689,96)	-12,68
Resultado Primário (III)=(I - II)	678.602,60	0,000	-	825.715,39	0,000	4,370	147.112,79	21,68
Resultado Nominal	-	0,000	-	645.558,36	0,000	3,420	645.558,36	0,00
Dívida Pública Consolidada	1.380.210,40	0,000	-	1.380.210,40	0,000	7,300	-	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 08m.

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2019

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	21.461.387,37	22.000.000,00	2,51	22.704.290,00	3,20	24.716.460,00	8,86	27.062.500,00	9,49	29.867.170,00	10,36	
Receita Primária (I)	20.743.328,84	21.960.070,00	5,87	22.615.920,00	2,99	24.620.950,00	8,87	26.958.660,00	9,49	29.827.170,00	10,64	
Despesa Total	19.281.592,84	22.000.000,00	14,10	22.704.290,00	3,20	24.716.460,00	8,86	27.062.500,00	9,49	29.867.170,00	10,36	
Despesa Primária (II)	18.646.558,66	21.281.467,40	14,13	22.092.690,00	3,81	24.218.460,00	9,62	26.654.000,00	10,06	29.379.670,00	10,23	
Resultado Primário (III)=(I - II)	2.096.770,18	678.602,60	-67,64	523.230,00	-22,90	402.490,00	-23,08	304.660,00	-24,31	447.500,00	46,89	
Resultado Nominal	(886.677,33)	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	
Dívida Pública Consolidada	1.757.881,28	1.380.210,40	-21,48	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	21.461.387,37	22.000.000,00	2,51	22.704.290,00	3,20	24.716.460,00	8,86	27.062.500,00	9,49	29.867.170,00	10,36	
Receita Primária (I)	20.743.328,84	21.960.070,00	5,87	22.615.920,00	2,99	24.620.950,00	8,87	26.958.660,00	9,49	29.827.170,00	10,64	
Despesa Total	19.281.592,84	22.000.000,00	14,10	22.704.290,00	3,20	24.716.460,00	8,86	27.062.500,00	9,49	29.867.170,00	10,36	
Despesa Primária (II)	18.646.558,66	21.281.467,40	14,13	22.092.690,00	3,81	24.218.460,00	9,62	26.654.000,00	10,06	29.379.670,00	10,23	
Resultado Primário (III)=(I - II)	2.096.770,18	678.602,60	-67,64	523.230,00	-22,90	402.490,00	-23,08	304.660,00	-24,31	447.500,00	46,89	
Resultado Nominal	(886.677,33)	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	
Dívida Pública Consolidada	1.757.881,28	1.380.210,40	-21,48	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 09m.

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	35.951.336,99	100,00	34.185.021,18	100,00	29.081.435,96	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	35.951.336,99	100,00	34.185.021,18	100,00	29.081.435,96	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 10m.

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	144.000,00	439.900,00	39.100,00
Alienação de Bens Móveis	144.000,00	264.900,00	39.100,00
Alienação de Bens Imóveis	-	175.000,00	-
DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	77.058,30	450.330,31	75.100,00
DESPESAS DE CAPITAL	77.058,30	450.330,31	75.100,00
Investimentos	77.058,30	450.330,31	75.100,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2017 (g)=((Ia-Id)+IIfh)	2016 (h)=((Ib-Ile)+ IIIf)	2015 (i)=((Ic-IIf)
VALOR (III)	20.511,39	(46.430,31)	(36.000,00)

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 11m.

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
IPTU	Outros benefícios	Contribuinte	22.000,00	24.000,00	26.000,00	A compensação será realizada através de medidas a serem adotadas
TOTAL			22.000,00	24.000,00	26.000,00	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 13m.

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	30.967.317,20
(-) Transferências Constitucionais	26.583.340,60
(-) Transferências ao FUNDEB	3.511.588,40
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	872.388,20
Redução Permanente da Despesa(II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	872.388,20
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	872.388,20

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 15m.

Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2019

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração na cobrança da dívida ativa	40.000,00	Cobrança via judicial	40.000,00
Campanhas de saúde	55.000,00	Combater e prevenir epidemias	55.000,00
SUBTOTAL	95.000,00	SUBTOTAL	95.000,00
TOTAL	95.000,00	TOTAL	95.000,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, GABINETE DO PREFEITO, 12/Jun/2018, 11h e 04m.

Prefeitura Munic. Nova Esper. do Sudoeste - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 017/2018 Data: 15/05/2018 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas			
	2019		Total	
	Direta	Indireta		
Receitas Correntes				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	28.405.040,00	-	28.405.040,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.641.620,00	-	1.641.620,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos	1.551.200,00	-	1.551.200,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Taxas	90.420,00	-	90.420,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	200.000,00	-	200.000,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição Custeio do Serviço de Iluminação Pública	200.000,00	-	200.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial	62.510,00	-	62.510,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Valores Mobiliários	62.510,00	-	62.510,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	126.990,00	-	126.990,00
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.600,00	-	1.600,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Outros Serviços	125.390,00	-	125.390,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	26.334.920,00	-	26.334.920,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	14.205.020,00	-	14.205.020,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transfe. Estados e do DF e de suas Entidades	8.977.000,00	-	8.977.000,00
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	6.900,00	-	6.900,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	3.146.000,00	-	3.146.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	39.000,00	-	39.000,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	17.000,00	-	17.000,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Demais Receitas Correntes	22.000,00	-	22.000,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	33.000,00	-	33.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens	33.000,00	-	33.000,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	33.000,00	-	33.000,00
Total de Receitas		28.438.040,00	-	28.438.040,00
Deduções da receita				
Descontos Concedidos				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	22.000,00	-	22.000,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.000,00	-	22.000,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos	22.000,00	-	22.000,00
Deduções da receita				
FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	3.612.880,00	-	3.612.880,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	3.612.880,00	-	3.612.880,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	2.035.880,00	-	2.035.880,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transfe. Estados e do DF e de suas Entidades	1.577.000,00	-	1.577.000,00
Total das Deduções		3.634.880,00	-	3.634.880,00
Total Líquido das Receitas		24.803.160,00	-	24.803.160,00
Total Geral		24.803.160,00	-	24.803.160,00

Fundamento Legal: 017/2018 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Programa	Valores	
	2019	Total
01-CAMARA MUNICIPAL		
01.01-CAMARA MUNICIPAL		
1-COORDENAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL		
02-GOVERNO MUNICIPAL	1.347.275,00	1.347.275,00
02.01-GABINETE DO PREFEITO		
3-COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL		
03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	506.550,00	506.550,00
03.01-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
3-COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL		
4-EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS	2.405.675,00	2.405.675,00
17-AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	46.500,00	46.500,00
04-SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	40.000,00	40.000,00
04.01-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FAZENDA		
0-DÍVIDA FUNDADA INTERNA		
6-ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	324.000,00	324.000,00
05-DEPTO MUNIC DE SAUDE	881.200,00	881.200,00
05.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
4-EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS		
21-COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	33.000,00	33.000,00
23-ASSISTÊNCIA A SAÚDE BÁSICA	20.000,00	20.000,00
24-ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR	4.539.150,00	4.539.150,00
30-CONSORCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS - SAÚDE	1.786.136,00	1.786.136,00
05.02-MANUT. ATIVIDADES DE SAUDE	205.700,00	205.700,00
3-COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL		
06-DEPTO MUNIC DE EDUCACAO	150.100,00	150.100,00
06.01-DIVISAO DE EDUCACAO		
4-EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS		
7-DÍVIDA FUNDADA INTERNA - EDUCAÇÃO	26.500,00	26.500,00
10-MERENDA ESCOLAR	174.000,00	174.000,00
11-TRANSPORTE ESCOLAR	234.900,00	234.900,00
12-MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.235.340,00	1.235.340,00
14-MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.747.440,00	3.747.440,00
07-DEPTO MUNIC DE CULTURA E ESPORTES	725.600,00	725.600,00
07.01-DIVISAO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES		
26-AÇÕES CULTURAIS		
27-AÇÕES ESPORTIVAS		
08-DEPTO DE OBRAS VIACAO E SERVICOS URBANOS	165.400,00	165.400,00
08.01-DIVISAO DE VIACAO	168.100,00	168.100,00
15-SISTEMA VIÁRIO		
18-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS		
08.02-DIVISA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	2.220.500,00	2.220.500,00
2-SISTEMA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	48.000,00	48.000,00
	1.210.800,00	1.210.800,00

Fundamento Legal: 017/2018 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Programa	Valores	
	2019	Total
16-INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL	87.560,00	87.560,00
19-HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	20.000,00	20.000,00
09-DEPTO MUN. DE MEIO AMBIENTE REC HIDRICOS		
09.01-DIV. MUN MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS		
21-COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	430.420,00	430.420,00
22-PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	232.600,00	232.600,00
10-DEPTO MUNICIPAL DE AÇAO SOCIAL		
10.01-DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
8-SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	227.200,00	227.200,00
9-SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	158.500,00	158.500,00
28-EDUCAÇÃO ESPECIAL	15.400,00	15.400,00
10.02-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
29-SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	507.620,00	507.620,00
11-DEPTO MUNICIPAL DE AGROPECUARIA		
11.01-DIVISAO DE AGROPECUARIA		
18-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS	24.200,00	24.200,00
20-DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	705.800,00	705.800,00
25-SANEAMENTO BÁSICO	12.000,00	12.000,00
12-RESERVA DE CONTINGENCIA		
12.01-RESERVA DE CONTINGENCIA		
999-RESERVA DE CONTINGENCIA	140.000,00	140.000,00
TOTAL DA LDO	24.803.160,00	24.803.160,00